

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/39406	52333/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DECS - DCSS [NLI BRAGA]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE AÇÃO SOCIAL

Apoios diretos a pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social

Considerando que:

- A Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local;
- Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passou a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 03 de Abril de 2023, assegurar o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social e a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI);
- Relativamente ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as câmaras municipais e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de Setembro;
- Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências;
- Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, na sua atual redação, o Município de Braga pode celebrar parcerias com entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção e nos acordos de intervenção social;
- Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de Setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Câmara Municipal,



no exercício das competências previstas nos números anteriores, contratualizou, através da celebração de acordo específico, com as seguintes 10 Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou equiparadas:

- Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha
 - Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Nogueiró | ASCREDNO
 - Associação Juvenil "A BOGALHA"
 - Centro Comunitário de São Martinho de Dume
 - Centro Cultural e Social de Santo Adrião
 - Colégio de São Caetano
 - Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga
 - Santa Casa da Misericórdia de Braga
 - Sempre a Crescer – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
 - Cáritas Arquidiocesana de Braga
- Foram criadas as nomenclaturas "SAAS A" e "SAAS B", representativas de uma divisão de todo o território concelhio, com 5 + 4 entidades, respetivamente, com responsabilidade de Atendimento e Acompanhamento Social, de forma a tornar mais próxima e informada a relação entre a Coordenação Municipal e as Entidades parceiras, permitindo respostas mais céleres e eficazes;
- O SAAS-ES (Emergência Social) da Cáritas Arquidiocesana de Braga tem como missão intervir de forma rápida e eficaz em situações emergentes ou de crise, assegurando a proteção e o apoio às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Compete à Câmara Municipal, conforme disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 75 /2013, de 12 de Setembro, prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Resultou da interação constante entre o Município de Braga e os SAAS supracitados (A e B), a atribuição de apoios diretos a pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social, devidamente enquadrada na transferência de novas competências para os Municípios. Para o efeito, recorreremos a um procedimento de trabalho definido internamente para atuação em situações devidamente fundamentadas e introduzidas numa plataforma especificamente utilizada para o efeito, o qual foi aprovado em Reunião de Câmara no dia 26 de Junho de 2023 e vigorou até final do anterior mandato.
- A atribuição do apoio económico é de natureza eventual, excecional e temporária e destina-se a compensar encargos relativos a questões relacionadas com despesas domésticas, despesas pessoais, saúde, educação, habitação, alimentação e transportes, tendo como objetivo último a capacitação das pessoas/famílias com vista à sua autonomização.

Considerando ainda que a necessidade de dar resposta aos cidadãos enquadrados neste contexto económico e social vulnerável e excecional não é compatível com o tempo e os procedimentos formais de realização de despesa e subjacente ao processo de deliberação do Órgão Executivo, o qual reúne quinzenalmente, entendemos justificar-se a existência do procedimento de trabalho proposto, agora revisto, e que prevê a possibilidade de, verificados que estejam os requisitos para a atribuição dos apoios económicos, praticar os atos para cumprimento desta competência, submetendo os mesmos em momento posterior a conhecimento e ratificação da Câmara Municipal.



Pelo exposto, propõe-se a aprovação do procedimento de trabalho, em anexo, criado com vista a dar respostas mais céleres e eficazes aos munícipes em situação de maior vulnerabilidade social ou de carência pontual, garantindo a transparência do processo e a legalidade da execução da despesa, nos termos apresentados, e para o período do mandato.

À consideração superior.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



	Procedimento de Trabalho Apoio Social Direto	Código:	PT-3.1-02
		Revisão:	03
		Classificação:	Público

1. OBJETIVO

Este procedimento pretende estabelecer e articular, no âmbito das atribuições transferidas para o município no domínio da ação social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na qual prevê em sede de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), a atribuição de prestações de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica.

2. CAMPO DE APLICAÇÃO

O procedimento aplica-se aos apoios de caráter eventual, excecional e temporários, atribuídos diretamente ao munícipe, para compensar encargos relativos a questões de saúde, educação, habitação, alimentação e transportes, após a análise e enquadramento devidamente fundamentado da situação por parte dos técnicos dos Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social protocolados com o Município de Braga e devidamente validados pela Divisão de Coesão Social e Solidariedade (DECS – DCSS).

3. RESPONSABILIDADES E MODOS DE PROCEDER

3.1. Identificação e análise da necessidade de apoio social

O apoio é registado, enquadrado e fundamentado pelos técnicos dos SAAS na plataforma ASIP (Segurança Social). Posteriormente, é analisada e aprovada na plataforma WebSISS (Segurança Social) pelos técnicos municipais que coordenam os SAAS. A DECS – DCSS procede à análise e aprovação, se aplicável. Em situação de aprovação, é extraída da plataforma a informação exclusivamente necessária para efeitos de pagamento, sendo preenchido na gestão documental, o modelo de informação - Apoio Social Direto, com os seguintes dados: nome do utente, morada, número de identificação fiscal, número de processo, número de apoio, identificação do tipo de apoio, breve fundamentação, valor, IBAN, referência da(s) despesa(s) e respetivo comprovativo em formato digital (se aplicável).

3.2. Pagamento do apoio social

A DECS – DCSS solicita, via gestão documental, o pagamento à Divisão de Contabilidade (DMG-DCF-DC), nomeadamente DMG-DCF-DC-APOIO SOCIAL DIRETO.

A DMG-DCF-DC-APOIO SOCIAL DIRETO, assegura a regularidade financeira, emite a ordem de pagamento e solicita autorização para pagamento ao Sr. Presidente. Após aprovação do Sr. Presidente, a ordem de pagamento é enviada para a Tesouraria, que procede ao pagamento no imediato ou no dia útil seguinte. A DMG-DCF-DC arquiva o pedido, com conhecimento à DECS – DCSS.

No caso, do utente não possuir IBAN o pagamento é realizado ao próprio no Serviço de Tesouraria Municipal (DMG-DCF-DC-STM).

No caso em que não seja recomendado efetuar o pagamento diretamente ao beneficiário, o mesmo deverá indicar alguém ou entidade que o represente.

3.3. Informação sobre apoios sociais pagos

A DECS – DCSS remete à Reunião de Câmara para conhecimento, todos os processos de pagamento dos apoios sociais efetuados.



